

AS BARREIRAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL EM ESPECIAL NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Willian Peixoto de Oliveira¹

Thuiza Carla de Melo²

Orientador: Breno Trajano de Almeida³

RESUMO

O artigo a seguir foi feito com base em revisões bibliográficas acerca das possíveis dificuldades da implementação do ensino domiciliar no Brasil. Para este estudo, considerou-se o contexto social no qual nos encontramos atualmente, seguidos de dados relevantes em relação ao aumento nos números de violência doméstica e deficiência na socialização dos discentes se aplicadas à proposta de ensino domiciliar, além de ressaltar a importância das aulas práticas para a disciplina central deste trabalho. Com base nesta pesquisa e de acordo com o aporte teórico utilizado, constatou-se como essa forma de ensino pode prejudicar no interesse dos alunos por matérias como a química e, conseqüentemente, no aprendizado de forma geral.

Palavras-chave: Ensino domiciliar, Dificuldades, Química.

INTRODUÇÃO

O ensino domiciliar é uma prática proibida em território brasileiro, porém, no dia 19 de maio de 2022, foi aprovado um projeto de lei na câmara dos deputados que autoriza a implementação desta prática no Brasil. A aprovação deste projeto tem gerado bastante polêmica sobre a preparação do nosso país para receber tal experiência de ensino, considerando que existem situações cruciais para educação que poderiam ser resolvidas antes e com mais prioridade do que a implementação do ensino domiciliar. A realização dessa forma de educação colocada no contexto atual do Brasil pode se tornar uma proposta inimaginável quando analisada a partir de estudos já consolidados e publicados, além de desvendar vários problemas que podem estar diretamente ligados a essa maneira de educar.

Em um Brasil com questões de desigualdades sociais profundas e com sistema de educação precário, o ensino domiciliar entra em pauta para sua aprovação em meio a tanto caos. Para melhoria da educação brasileira, outros percalços devem ser centrais nas políticas públicas.

¹Graduando no curso de Licenciatura em Química – IFRN Campus Ipanguaçu; e-mail: willian152021@gmail.com;

²Graduanda no curso de Licenciatura em Química – IFRN Campus Ipanguaçu; e-mail: thuizacarla12@gmail.com;

³Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo – USP; e-mail: breno.almeida@ifrn.edu.br.

Com o ensino domiciliar, apenas uma minoria seria contemplada no formato considerado “ideal”, já que os pais precisariam de disponibilidade e preparação para educar seus filhos em suas próprias casas. Um requisito que chama a atenção é que o responsável deve estar pelo menos matriculado em uma instituição de ensino superior com previsão de conclusão, onde podemos perceber que não é exigido ao responsável pela educação que tenha algum conhecimento sobre ensino ou pedagogia, tornando assim mais complicado à prática docente.

A questão psicológica da aprendizagem também é atingida pela proposta de ensino domiciliar, uma vez que a socialização do aluno é prejudicada, tanto com a ausência do ambiente escolar quanto no excesso do ambiente familiar. A escola é de suma importância para o desenvolvimento de um indivíduo perante a sociedade, uma vez que proporciona o contato com várias outras pessoas, com jeitos, pensamentos e mundos diferentes, ajudando assim no desenvolvimento de pensamento crítico. O contato direto e excessivo apenas com a família na própria casa pode ser prejudicial, principalmente no país onde vivemos que só aumentam os casos de violência doméstica, situação em que o estudante é afetado de diversas formas. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil⁴, a maioria das violações acontece na própria residência do indivíduo e, com a pandemia do Covid-19, isto ficou bastante evidenciado.

O ensino nas escolas de disciplinas como a química está longe de ser o ideal. A parte prática deste componente curricular é muito necessária e nem todas as instituições de ensino podem oferecer estrutura para tal execução, uma vez que tal dificuldade para o ensino domiciliar é mais prejudicial ainda, onde haveria uma limitação apenas à teoria ou um esforço demasiado da parte dos responsáveis pela educação para resolver tal lacuna, onde apenas uma minoria teria como exercer esse esforço.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo é baseada em pesquisa bibliográfica em sites de órgãos federais, a saber: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, além de consulta a um aporte teórico a exemplo de Alves (2021), Cool (1999), Paro (2011) e Pimenta (2011), entre outros autores que dão sustentação à obtenção de informações científicas sobre o tema.

⁴<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho>

REFERENCIAL TEÓRICO

Contexto Social

O ensino domiciliar é uma estratégia de ensino popular em outros países e ultimamente tomou seu espaço no Brasil, com várias discussões sobre seus prós e contras e se realmente é acessível para todos. Em outros países esse tipo de educação funciona porque existe uma estrutura social, onde as pessoas não carecem de recursos básicos em casa por falta de emprego. No Brasil, a desigualdade social é alarmante, onde as famílias mais carentes não teriam como manter o trabalho e, ao mesmo tempo, ensinar seus filhos em casa, e muito menos contratar um professor para ensiná-los.

Isso torna esse tipo de educação apenas para pessoas com condições superiores, tornando-a um privilégio da elite, pois apenas um pequeno grupo conseguiria manter o ensino em casa. Segundo Vasconcelos (2017), pode-se supor que os pretensos adeptos do *homeschooling* no Brasil provavelmente não seriam oriundos da escola pública, mas, sim, da escola privada. É nela que estariam os pais com condições econômicas, culturais e sociais suficientes para se encarregar da educação dos filhos, preparando-os não só para realizar as avaliações decorrentes das regulamentações que, normalmente, são exigidas para a prática do *homeschooling* — como forma de manter um mecanismo de controle por parte do Estado —, mas também para ministrar e supervisionar aulas e lições cotidianas, com disponibilidade para que um membro da família se dedique a essa tarefa.

Entretanto, de acordo com o site da Associação Nacional de Educação Domiciliar, a maioria das famílias que adotam esta forma de ensino é da classe média. Muitos pais tinham altos custos com mensalidades escolares e, ao optarem pela educação domiciliar, continuaram investindo na educação dos filhos, mas fazem uma economia considerável, com alto custo-benefício (ANED, 2021e). Dito isso, é visível que quando é falado que “Muitos pais tinham altos custos com mensalidades escolares”, se comprova o que foi mencionado por Vasconcelos (2017), onde apenas um estrato social poderia arcar com os custos de uma educação em casa.

Um dos muitos problemas que os adeptos ao ensino domiciliar pontuam sobre a educação tradicional na escola é de que ela é insatisfatória, que o Estado não proporciona uma educação de qualidade, no entanto, de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal (1988) e no artigo 1º, parágrafo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que informam:



Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Para Vasconcelos (2017, p. 132-133), a alegada insatisfação com a escola pública seria, portanto, mais uma repetição de palavras de ordem afeitas ao “senso comum” do que a condição determinante desse movimento, pois o *homeschooling* estaria muito mais relacionado às escolhas das classes sociais médias e altas do que às possibilidades dos usuários das redes públicas. Assim, a crítica dos adeptos da educação na casa não seria dirigida apenas à escola pública, mas, neste caso, à escola privada, que também não atenderia às expectativas das famílias. Nesse sentido, Barbosa (2016, p. 160), citando Lubienski (2000), ressalta que:

“Nesse contexto, o *homeschooling* é avaliado como a forma mais radical de privatização de um bem público, dado que os pais focam somente nos benefícios de seus próprios filhos, prejudicando os interesses e responsabilidades públicas e privatizando os aspectos sociais da educação (assim como seus meios, controle e propósitos) para o mais restrito nível, que não simplesmente o de sua localidade ou grupo étnico, mas ao nível mais atomizado do núcleo familiar.”

Pandemia

A educação é um processo histórico que sofre constantes alterações de acordo com o contexto socioeconômico inserido em um determinado momento, tanto local, quanto global (DOMINGUES, 2019). Em decorrência da Covid-19, o mundo precisou se adequar à nova realidade em uma pandemia. Essas transformações também mudaram drasticamente a educação, tornando necessário que as aulas ocorressem em casa, no formato de Ensino Remoto Emergencial – ERE, o que dificultou não apenas na mediação de conteúdos como também na acessibilidade das aulas para com os alunos carentes da tecnologia necessária.

As dificuldades de estudar em casa sem um professor ao lado do aluno ficaram em evidência durante a pandemia, pois ainda que o aluno do ensino fundamental pertença a uma geração que gosta e aceita todas as novas tendências tecnológicas, ele precisa do professor ao seu lado para motivá-lo na construção do seu conhecimento. Esse aluno ainda não tem maturidade e disciplina para estudar na modalidade a distância - EAD, a qual requer um aluno autônomo. Já a autonomia é aprendida progressivamente com o tempo, não se consegue de uma hora para outra, o aluno se torna autônomo à medida que vai aprendendo (PARO, 2011).



O ensino a distância para crianças requer muito planejamento e tempo disponível da parte dos pais, por isso que é tão complexo e não preferível. De acordo com Pereira (2015), o EAD se concentra em torno de 25 a 45 anos, o que está em consonância com os dados do CensoEaD.BR de 2018, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), o qual indica que os alunos que optam por cursos a distância estão nas faixas entre 26 e 30 anos (39,3%) e 31 e 40 anos (37%), que, juntas, compõem 76,3% do aluno nesta estratégia de educação.

Além disso, é evidente que crianças na pandemia precisavam da ajuda dos pais em casa, pois estes têm um papel importante no processo de desenvolvimento da autonomia, do sentimento de autoconfiança, encorajando as iniciativas das crianças, elogiando seus sucessos, aceitando seus fracassos e ajudando-as a superar suas dificuldades (MENDES, 2013). No entanto, isso se tornava um problema para os pais, principalmente pelo fato de conciliar o trabalho em home office e dar atenção às necessidades dos filhos.

Portanto, diante aos acontecimentos vivenciados na pandemia e, de acordo com o aporte teórico estudado, entende-se que o ensino fora da escola é bastante complexo e que precisa de muitos aprimoramentos e, além disso, não é inclusivo, pois as desigualdades sociais presentes na sociedade dificultam com que todos tenham acesso à internet e aparelhos adequados para que as aulas sejam assistidas em casa. Além disso, necessita também da presença constante dos pais, o que é muito difícil para pessoas que precisam trabalhar por muitos turnos.

Violência Doméstica

Outro agravante na ideia do ensino domiciliar no Brasil é a alta taxa de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Segundo a matéria divulgada no site do governo federal em Julho de 2021⁵, a violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no primeiro semestre de 2021. Desse total, 40.822 (81%) ocorreram na casa da vítima. Com esses dados, torna-se ainda mais difícil implementar qualquer tipo de aproximação repentina e sem planejamento das crianças com seus pais, uma vez que, ressalta-se que a sobrecarga parental gera irritabilidade e tensão, refletindo no comportamento dos filhos, que passam a adotar atitudes semelhantes (Platt, Guedert, Coelho, 2020), ainda mais em um período pós pandêmico onde entende-se que a situação das crianças vulneráveis será

⁵ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>

agravada devido ao aumento da desigualdade de renda e da exclusão digital, interferindo no acesso à nutrição básica, abrigo, informação e educação (Raman, Harries, et. Al, 2020). Sendo assim, pensar em ensino domiciliar como uma opção para o Brasil é inviável.

Como sabemos, a violência nem sempre é física. Segundo Azevedo (2005), a violência psicológica, apesar de ser pouco evidenciada pela sociedade, é a que mais fragiliza as crianças e adolescentes, impossibilitando-os de superar as dificuldades impostas pela vida, à qual faz parte do desenvolvimento pessoal para uma boa qualidade de vida individual e social, além de nem sempre precisar estar necessariamente direcionada a criança ou adolescente para afetá-los.

De acordo com Villas Boas (2013), a vida familiar caótica e violenta pode constituir uma forma de violência psicológica e ter consequências de longo prazo para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças que se encontram nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Alves *et al.* (2021) reafirmam este pensamento e exigem que as crianças sejam reconhecidas como vítimas diretas de violência e abuso nesses casos indiretos.

Ademais, podemos ver que faltam muitos passos a serem dados antes de pensar em ensino domiciliar, e um deles é lutar por um ambiente doméstico melhor e mais agradável no nosso país, visto que, de acordo com Pimenta (2011), para a criança aprender o que a escola ensina, é necessário que a criança tenha, entre outras coisas, uma personalidade sadia e emocionalmente madura, já que elas estão expostas à violência doméstica por um período de tempo mais curto ou mais longo e não é incomum que cresçam em um clima de violência crônica (SILVA; ROSA, 2021). Por isso, para o enfrentamento da violência doméstica durante e após a pandemia, são importantes políticas de articulação intersetorial — educação, saúde, assistência social e justiça — viabilizando uma práxis transformadora (Egry, Apostolico, & Morais, 2018).

Diante disso, devemos estar cientes que nossa preocupação atual deve ser com o fato de que isolar é uma tática de controle bastante utilizada pelos agressores, uma vez que, sem a rede social de apoio, conseguem esconder as violações e garantir o silêncio das vítimas (The Alliance for Child Protection in Humanitarian Action, 2020; WHO Global, 2020), e o ensino domiciliar pode reforçar esta prática.

Socialização

Um aspecto educacional para qual o ensino domiciliar não contribui é para a socialização, principalmente na parte da infância onde é de suma importância para o desenvolvimento do ser humano. A escola tem um papel importante nessa área da

aprendizagem, uma vez que promove interações com pessoas de diversas idades e principalmente da mesma faixa etária que o indivíduo. Assim, a escola oferece um ambiente favorável a interação. (Coll, 1999; Palacios 1995).

A socialização ocorre através de três processos: os processos mentais de socialização, os processos afetivos de socialização e os processos condutuais de socialização (Palacios, 1995). Sendo os processos mentais a parte referente ao conhecimento de culturas, regras e valores. Os processos afetivos estariam relacionados ao lado sentimental da criança, em relação com empatia e amizade. Já os processos condutuais seriam o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre condutas consideradas certas e erradas, e a tendência a evitar tais ações antissociais, que caracteriza uma das partes mais importantes e fundamentais do processo de socialização, o indivíduo estar ciente que é correto e incorreto no seu meio, e não só na “bolha” da sua casa, uma vez que, segundo Piaget (1994), o desenvolvimento moral é definido pela extensão e qualidade geral dos estímulos cognitivos e sociais ao longo do desenvolvimento da criança.

A interação com a família não é a parte mais importante do processo de socialização da criança, visto que, segundo Outeiral (2003), os três elementos que constituem o tripé do processo educacional são: aspectos constitucionais, vínculos familiares e ambiente escolar, logo, não podendo excluir o espaço escolar da equação, já que, a escola é, junto com a família, a instituição social com maiores repercussões para a criança, uma vez que, no meio escolar, a criança se relaciona com muitas pessoas, com diferentes graus de conhecimento com as quais estabelece relações diversas, sendo, além disso, um âmbito que, em si mesmo, constitui um sistema social, com normas e funcionamento alheios à criança, mas nos quais esta é mergulhada e deve ir compreendendo (Palacios, 1995).

Importância das Práticas Experimentais no Ensino da Química

Em relação ao ensino da química no ensino domiciliar é preciso ressaltar que à parte teórica e experimental caminham juntas. Segundo Queiroz (2004), o ensino tradicional é administrado de forma que o aluno saiba inúmeras fórmulas, decore reações e propriedades, mas sem relacioná-las com as formas naturais que ocorrem em seu meio. Trabalhar com as substâncias, aprender a observar um experimento cientificamente, visualizar de forma que cada aluno descreva o que observou durante a reação, isto sim, leva a um conhecimento definido.

No ensino domiciliar, a parte prática da química seria abordada, porém, de forma incompleta já que em casa não existe uma estrutura adequada para abordar certos experimentos que necessitam de vidrarias e reagentes específicos, por exemplo. As aulas em laboratório são essenciais para a aprendizagem dos alunos, pois a partir delas eles aprendem conceitos químicos relacionados com o cotidiano, na prática, junto com os experimentos. Dito isso, é entendido que sem as aulas práticas para complementarem as teóricas, o ensino não seria completo, pois, em geral, educandos de diversos níveis de escolarização apresentam dificuldade durante as aulas de química, devido à falta de atividades experimentais que possam relacionar a teoria e a prática (SILVA, 2005).

Na educação em casa, fazer experimentos seria possível, no entanto, existem dificuldades para produzir um experimento como, por exemplo, a falta de materiais necessários, pois mesmo que o experimento seja simples, em virtude da grande desigualdade social existente no Brasil, comprar materiais simples poderia ser um problema. Além disso, é extremamente necessário que o professor esteja supervisionando enquanto o experimento é feito, pois muitas práticas precisam desse tipo de acompanhamento.

Segundo Bueno (2007), a função do experimento é fazer com que a teoria se torne realidade. Como atividade educacional, isso poderia ser feito em vários níveis, dependendo do conteúdo, da metodologia adotada ou dos objetivos que se quer com a atividade. A experimentação é vista pelos alunos como uma ferramenta facilitadora da compreensão da teoria, pois de acordo com Oliveira (2010), em pesquisas realizadas anteriormente por outros autores, todos concluíram que os alunos realmente veem a experimentação nas aulas de química como algo importante e que contribui para a melhoria do ensino e aprendizagem da disciplina. A clara necessidade dos alunos se relacionarem com os fenômenos sobre os quais se referem os conceitos justifica a experimentação como parte do contexto escolar, sem que represente uma ruptura entre a teoria e a prática (PLICAS et. al., 2010). Em conformidade com Giordan (1999),

A experimentação ocupou um papel essencial na consolidação das ciências naturais a partir do século XVII, na medida em que as leis formuladas deveriam passar pelo crivo das situações empíricas propostas, dentro de uma lógica sequencial de formulação de hipóteses e verificação de consistência. Ela alcançou lugar privilegiado na proposição de uma metodologia científica, que se pautava pela racionalização de procedimentos, tendo assimilado formas de pensamento características, como indução e dedução.

Entretanto, mesmo sob a perspectiva de tantas pesquisas que demonstram a grande importância que a experimentação nas aulas tem no ensino da química para com os alunos e até mesmo da própria leitura de mundo deles, pouca atenção é dada ao potencial de experimentação como



veículo de aprimoramento conceitual e com muito pouca frequência o experimento é usado como instrumento para a aquisição de conceitos e quando é o caso, para a reformulação destes (AXT, 1991).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os problemas que podem acarretar o ensino domiciliar vão muito além do tipo de educação que está sendo aplicada, ou o nível de ensino que os alunos irão receber em suas casas. Existe uma barreira social ainda muito alta no nosso país onde não nos permite pensar em outras formas de educação antes de serem resolvidas questões básicas não só da educação como também da sociedade em geral.

O ensino de algumas matérias que necessitam de mais estrutura como a química, ainda é utópico para grande parte das escolas do Brasil, que hoje não contam com laboratórios para auxiliar no desenvolvimento adequado da matéria. Outra parte das instituições de ensino tem o local apropriado, mas a estrutura é precária, sem o material necessário à prática. Cabe ainda ressaltar a preocupação com a situação econômica e social atual do país, que impede que a maioria das famílias tenham suporte didático que ainda lutamos para ter dentro dos prédios escolares. Diante destes cenários, é possível concluir que o ensino domiciliar é bem mais exclusivo do que inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo bibliográfico sobre o ensino domiciliar e as dificuldades de implementação no Brasil nos levam a refletir sobre diversas outras áreas que não são apenas da educação, mas também social e psicológica. A implementação desse modelo de ensino no nosso país ainda tem várias outras barreiras a serem ultrapassadas e passos a serem dados para que tenhamos um sistema educacional e um país menos desigual onde a proposta possa ser algo pelo menos pensada levando em consideração a equidade que tanto se almeja para o sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Pedro Henrique Melo et al. **Principais fatores associados à Covid-19 que impactam na saúde e educação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.** *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.3, p. 32815-32826, 2021.
- ANED. **Associação Nacional de Educação Domiciliar.** Perguntas e Respostas. 2021e.
- AXT, R. **O papel da experimentação no ensino de ciências.** In: AXT, R.; MOREIRA, M A. *Tópicos em ensino de ciências.* Porto Alegre: Sagra, 1991.
- AZEVEDO, Viviane Nogueira (orgs). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder: 2.** Ed. São Paulo: Iglu, 2007.
- BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **Homeschooling no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de privatização?.** *Educ. Soc.*, Campinas , v. 37, n. 134, p. 153- 168, Mar. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BUENO, L. *et al.* **O ensino de química por meio de atividades experimentais: a realidade do ensino nas escolas.** In: Sylvania Lanfredi Nobre; José Milton de Lima. (Org.). Livro Eletrônico do Segundo Encontro do Núcleo de Ensino de Presidente Prudente São Paulo: Unesp, 2007.
- COLL, César S. (1999), **Psicologia da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas.
- DOMINGUES, Alex Torres. **A interiorização da EAD nas instituições públicas de educação no estado de Mato Grosso do Sul: avanços e perspectivas.** *Horizontes - Revista de Educação*, [S.l.], v. 7, n. 14, p. 91-106, 2019.
- EGRY, E. Y., APOSSTÓLICO, M. R., & MORAIS, T. C. P. (2018). **Notificação da violênciainfantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da atenção primária em saúde.** *Ciência e Saúde Coletiva*, 23(1), 83–92.



GIORDAN, M. **O papel da experimentação no ensino de ciências.** Química Nova na Escola, n. 10, p. 43-49, São Paulo, 1999.

LUBIENSKI, C. *Whither the Common Good? A Critique of Home Schooling.* Peabody Journal of Education. v. 75, n. 207-232, 2000.

MENDES, Fábio Ribeiro. **Meu filho não quer estudar.** Porto Alegre: Autonomia editora, 2013.

OLIVEIRA, D. R. et al. **Experimentação em Química: visão de alunos do Ensino Médio.** Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2010.

OUTEIRAL, José. (2003), **O mal estar na escola.** Rio de Janeiro: Revinter.

PALACIOS, Jesús, COLL, C., Marchesi, A. (1995), **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva.** Porto Alegre: Artes Médicas.

PARO, Vitor Henrique. **Autonomia do educando na escola fundamental: um tema negligenciado.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 197-213, 2011

PEREIRA, Geiza Basualdo Bogado. **O estudante da EaD (educação a distância): um estudo de perfil e interação geracional.** 2015. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração) -Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

PIAGET, Jean. (1994), **O juízo moral na criança.** 2º ed. São Paulo: Summus.

PIMENTA, Dulcymar de Mello Gonçalves. **Os reflexos da violência doméstica no desempenho escolar da criança e do adolescente.** MG, 2011. Disponível em: Acesso em: 25 de outubro de 2020.

PLATT, V. B., GUEDERT, J. M., & Coelho, E. B. S. (2020). **Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia.** Revista Paulista de Pediatria, 39.

PLICAS, L. M. A. *et al*, **O uso de práticas experimentais em Química como contribuição na formação continuada de professores de Química.** Instituto de Biociências, letras e Ciências Exatas – UNESP, São José do Rio Preto, 2010.